

*[Handwritten signatures in blue ink]*

**Associação Portuguesa de Pais e Amigos do  
Cidadão Deficiente Mental de Soure**



**PARTE I  
RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO ANO DE  
2025**



## Índice

<b>PARTE I- RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO ANO DE 2025.....</b>	<b>1</b>
1. Introdução.....	3
2. Dinâmica Institucional.....	4
2.1. Respostas e Serviços.....	4
2.2. Actividades Complementares.....	8
3. Recursos Humanos.....	15
4. Equipamentos e Infraestruturas.....	15
4.1. Infraestruturas.....	15
5. Assembleias-gerais.....	16
6. Parcerias.....	16
7. Considerações Finais.....	17
<b>PARTE II- ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA 2025 .....</b>	<b>18</b>
Análise da Situação Económica e Financeira 2025 .....	19
I. Introdução.....	19
II. Enquadramento Macroeconómico em 2025 e Perspetivas de Evolução.....	19
III. Contexto e enquadramento legal.....	20
IV. Rendimentos e gastos .....	22
V. Demonstrações Financeiras.....	23
VI. Anexo.....	28

## 1. Introdução

O Plano de Actividades elaborado para o ano de 2025 foi cumprido na sua totalidade, tendo em conta os objetivos perspectivados. Cientes da mudança de Paradigma e da realidade do envelhecimento dos nossos clientes, a APPACDM de Soure, pauta-se por acompanhar as políticas públicas na sua intervenção na comunidade. Assim as nossas respostas acompanham todas as fases do ciclo de vida dos cidadãos, desde a infância, à idade adulta (com respostas de capacitação e integração pelo trabalho), bem como no envelhecimento (através do Lar Residencial e Residência de autonomização). Só assim acreditamos poder fazer da inclusão uma realidade.

A APPACDM de Soure propôs-se a pôr em prática um conjunto de acções que visaram alcançar o seu primordial objectivo:

- Desenvolver competências básicas e aptidões sociais do cidadão portador de deficiência intelectual e incapacidade, com vista à promoção do sucesso pessoal e ao seu enquadramento no seio da comunidade.
- Desenvolver competências socioprofissionais dos activos empregados e desempregados, através do desenvolvimento de Acções de Formação Profissional que permitem a dupla certificação escolar e profissional.

Foi a partir destes objectivos gerais que foram traçados os seguintes objectivos operacionais, sobre os quais o esforço da nossa acção incidiu, nomeadamente:

- Apoiar a estrutura funcional e operacional ao nível dos equipamentos e instalações;
- Apoiar a integração em mercado normal de trabalho a população portadora de deficiência mental e/ou com dificuldades de adaptação ao meio socioprofissional;
- Planificar actividades culturais e recreativas, de carácter Institucional e Comunitárias.

## **2. Dinâmica Institucional**

### **2.1. Respostas e Serviços**

A política social da APPACDM de Soure tem como filosofia de base uma perspectiva integrativa e globalizante da melhoria da qualidade de vida do cidadão com deficiência, incapacidade e em situação de desvantagem, nas áreas da reabilitação, educação e qualificação profissional. Todo e qualquer ser humano possui um potencial a explorar, quer a nível intelectual e laboral, quer na promoção do desenvolvimento afectivo e psicossocial.

A APPACDM de Soure privilegia o recurso a sinergias comunitárias numa dialéctica que não se pretende unidireccional, pelo contrário pretendemos contribuir para a dinâmica comunitária e constituirmo-nos como uma mais-valia e parceiro social.

No ano transacto, esta Instituição continuou a operar as respostas sociais: CATL (33 crianças), CACI (49 clientes), SAD (10 clientes), Lar Residencial (20 clientes), Residência Autónoma (5 clientes), CRI (38) e na área da Formação Profissional, nomeadamente na Operação PESSOAS 2030 – FSE+-01518500 com 60 formandos. Em termos de Projeto de integração socioprofissional possuímos a medida Emprego Apoiado em Mercado Aberto denominado Empresa de Jardinagem JardinSoure (6 colaboradores).

#### **2.1.1. CATL Integrado**

No que concerne à valência do CATL Integrado, a política de actuação durante o ano de 2025, regeu-se por dar continuidade aos objectivos propostos em anos anteriores.

Esta resposta funciona na “Antiga Escola Básica nº2 de Soure”, espaço cedido pela Câmara Municipal de Soure, através de um protocolo de parceria. Foram efetuadas obras de melhoramento no equipamento.

### **2.1.2. Centro de Recursos para a Inclusão**

Aprovação e renovação da candidatura da acreditação do Centro de Recursos para a Inclusão para o ano de 2025/2026. Apoiamos 38 crianças com necessidades educativas especiais no Agrupamento de Escola de Soure, através das Terapeuta da Fala, Terapeuta Ocupacional e Fisioterapeuta.

### **2.1.3. Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI)**

No âmbito desta valência foram desenvolvidas diversas actividades funcionais visando a promoção da integração dos clientes, na comunidade de uma forma global. Actualmente esta resposta apoia cerca de 49 clientes. Procedeu-se já à reclassificação dos colaboradores, afetos a esta resposta social, no entanto muito falta ainda fazer na implementação desta resposta, tendo em atenção a promoção da qualidade de vida dos clientes, possibilitando um maior acesso à comunidade, aos seus recursos e actividades, e que estas se constituam como meio de capacitação para a inclusão, em função das respetivas necessidades individuais, capacidades e nível de funcionalidade.

### **2.1.4. SAD – Serviço de Apoio Domiciliário**

Esta valência, direccionada a apoiar 10 clientes portadores de deficiência intelectual e seus familiares, na área concelhia de Soure, manteve em 2025 a resposta social prestada, dando continuidade aos objetivos propostos nos anos anteriores. Através da candidatura ao PRR, fizemos obras de melhoria na cozinha e lavandaria. Esta é sem dúvida uma resposta que necessita de serviços melhorados, face ao envelhecimento dos nossos clientes e à falta de retaguarda familiar. O Serviço de Apoio Domiciliário da APPACDM de Soure vai prestar cuidados mais personalizados, permitindo uma autonomia de vida, tentando ao máximo manter os clientes em suas casas, sem recurso à institucionalização.

### **2.1.5. Lar Residencial e Residência Autonomização para a Inclusão**

Esta resposta social de Lar Residencial, apoia 20 clientes em carácter permanente, destina-se a apoiar jovens/adultos portadores de deficiência mental e seus familiares com idades superiores ou iguais a 16 anos. A vulnerabilidade da deficiência decorre dos seus contextos de vida, e o grande desafio da nossa resposta LRE, pauta-se pelo envelhecimento dos nossos clientes e das suas comorbilidades.

A APPACDM de Soure possui ainda uma Residência de Autonomização para a Inclusão para 5 clientes, que funciona numa moradia, para jovens/adultos que apresentam capacidade de viver de forma autónoma. Estes mediante apoio individualizado, tem um projeto de vida autónomo e inclusivo.

### **2.1.6. Formação Profissional**

#### **Formação Profissional – Pessoas 2030**

A Formação Profissional promovida pela APPACDM de Soure constitui uma resposta estruturada no âmbito da qualificação e inclusão socioprofissional de pessoas com deficiência e/ou incapacidade, orientada pelos referenciais do IEFP e pelo enquadramento regulamentar aplicável ao Programa PESSOAS 2030. A sua finalidade central consiste em promover a inclusão social, a igualdade de oportunidades e o reforço da empregabilidade, contribuindo para o desenvolvimento de competências que permitam aos formandos integrar, com maior autonomia e eficácia, um mercado de trabalho cada vez mais exigente e competitivo.

Neste contexto, a intervenção formativa prossegue objetivos fundamentais, nomeadamente:

- Reforçar a coesão social e a melhoria da qualidade de vida das pessoas beneficiárias;
- Valorizar os direitos, a dignidade e a autodeterminação dos formandos, assegurando condições de acessibilidade, segurança e apoio especializado;
- Combater a discriminação e promover o desenvolvimento de qualificações, através de percursos formativos adequados ao perfil e necessidades individuais.

Para além da dimensão técnico-profissional, a formação integra uma forte componente de desenvolvimento pessoal e social, fomentando a autoestima, as competências sociais e interpessoais, a cidadania ativa e a participação plena na comunidade. Este trabalho é

assegurado por uma equipa técnico-pedagógica multidisciplinar, composta por profissionais das áreas da psicologia, serviço social, acompanhamento técnico, terapia, formação e apoio operacional.

### Execução Formativa em 2025

Ao longo do ano de 2025, a Formação Profissional:

- Concluiu a Operação POISE-03-4215-FSE-000047, abrangendo 30 formandos distribuídos por 5 cursos de formação inicial – tipologia C;
- Prosseguiu a execução da Operação PESSOAS 2030 – FSE+-01518500, contemplando 5 ações de formação inicial (tipologia C) e 5 ações de formação contínua, totalizando 60 formandos.

Estas ações foram desenvolvidas em conformidade com os requisitos técnicos e pedagógicos definidos pelas entidades financiadoras e reguladoras, garantindo a organização das componentes de formação em sala, formação prática em contexto de trabalho (FPCT) e acompanhamento pós-formação, sempre que aplicável.

Equipa de Formação e Recursos Humanos

A atividade formativa contou com:

- 10 formadores — internos e externos — selecionados de acordo com a sua qualificação técnica e pedagógica e com os critérios de acreditação DGERT;
- 9 elementos da equipa técnica multidisciplinar, responsáveis pela avaliação diagnóstica, planeamento pedagógico, acompanhamento individualizado, articulação com entidades parceiras e monitorização dos resultados formativos.

A equipa atua de forma integrada com os demais serviços da instituição, garantindo a coerência das respostas, o cumprimento das normas regulamentares e a promoção de ambientes acessíveis e inclusivos.

### **2.1.7. JardimSoure**

A JardimSoure é uma empresa ligada ao ramo da jardinagem e manutenção de espaços verdes, que existe desde 1999 e presta serviços a mais de meia centena de clientes fixos. Inicialmente a funcionar como Empresa de Inserção, com a extinção desta medida, em 2016 passamos a laborar uma resposta socioprofissional como medida de apoio apoiado em mercado aberto.

### **2.1.8. Secção de Desporto- Clube de Atletismo- SoureMov**

O SoureMov é um clube desportivo autónomo associado à APPACDM de Soure, fundado em 2016. Com a missão de promover a prática desportiva saudável e a inclusão, o clube tem sido um pilar na comunidade, inspirando pessoas de todas as idades a participarem em atividades físicas e eventos comunitários.

Entre os eventos organizados, destaca-se o “Cross Trail Soure 1111”, um evento que combina o desafio desportivo e homenagem à história local, remetendo à fundação do concelho no ano de 1111. Estas iniciativas não só reforçam a identidade cultural, mas também promovem o bem-estar e o espírito de camaradagem.

A equipa participa ainda em competições regionais e nacionais, como provas de atletismo, trail running, estrada e triatlo, representando Soure com entusiasmo e determinação. O SoureMov é um exemplo brilhante de como o desporto pode transformar vidas, unindo a comunidade e promovendo valores de solidariedade e superação.

## **2.2. Actividades Complementares**

Neste âmbito foi levado a cabo um vasto programa, assim como em anos anteriores, que permitiu aos nossos clientes a manutenção de atividades recreativas e culturais, como meios constituintes e facilitadores de inclusão social.

Ao longo de 2025 foram promovidas as seguintes acções:

### **2.2.1. Mês de Janeiro**

Dia 3 – Passeio Serra da Estrela (Catl, Caci e Lar)

Dia 6 – Festejos do Dia dos Reis, no CACI, Lar e CATL;

Dia 6- Atuação da Tuna da APPACDM na Vila de Soure;

Dia 17- Tomada de posse dos novos órgãos sociais da Appacdm de Soure, para o quadriénio 2025-2028

Dia 31- Início do Projeto “Somos todos da mesma rua”, em parceria com o Agrupamento de Escolas Martinho Áreas. Ação que vai decorrer durante todo o ano letivo e que visa a sensibilização para a diferença.

### **2.2.2. Mês de Fevereiro**

Dia 13- Ida ao Cinema Pombal (Catl, Caci, Lar e Rai);

De 10 a 14 – Integração dos jovens missionários da Missão Pais, nas diversas respostas sociais da Instituição. Esta ação foi promovida pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra sob o tema “Não se perturbe o vosso coração”.

Dia 15 – Festa de encerramento da Missão País, com atuação da Tuna da Appacdm de Soure.

De 17 a 28 de Fevereiro: Exposição na Câmara Municipal de Soure “Somos todos Mundo”.

Dia 14 - Celebração do Dia da Amizade, com a dinamização teatral e entrega de prendas simbólicas realizadas pelos clientes de CACI, nas ruas da Vila de Soure. Atuação do Grupo de Danças e cantares na APPACDM de Soure.

Dia 20 – Celebração do dia Mundial da Justiça Social, com atividades dinamizadas pelo CACI.

Dia 28 – Participação no desfile de carnaval promovido pelo Município de Soure, sob o tema “somos mundo”, nas artérias da vila de Soure.

### **2.2.3. Mês de Março**

Dia 1- Participação dos Batukes, na Corrida mais Louca do Mundo, em Alfarelos.

Dia 3 – Participação no Baile da Carnaval, promovido pelo CACI da Santa Casa da Misericórdia de Alvorge.

Dia 8- XXI Passeio Todo-o-Terreno, promovido pelo Clube Tração Total Aventuras de Soure. Um dia cheio de emoção, associado a um grande almoço de família, e que culmina numa tarde sempre muito animada, na expectativa do passeio do ano seguinte. Foi efetuada uma homenagem ao cocriador desta iniciativa António Pinhão, atribuindo-lhe o nome de uma sala de CACI.

Dia 8 – Celebração do Dia da Mulher;

Dia 16 – Ida ao Circo Uriens, em Soure.

Dia 19 – Comoração do Dia do Pai, através da elaboração de pequenas lembranças pelos clientes do CATL, CACI, LRE e RAI;

Dia 23 e 24 – Dinamização Cultural e histórica na recriação de um mercado de Soure na época dos Templários, pelo Grupo de Danças e Cantares da APPACDM de Soure, promovido pelo Município de Soure.

Dia 21- Realização da Assembleia Geral para Apreciação da Proposta de Relatório e contas da Direção, relativo ao exercício de 2024.

Dia 26- Encontro de Futebol, promovido pela Cercipeniche, no âmbito da parceria com a Intercentros.

#### **2.2.4. Mês de Abril**

Dia 1 – Participação de utentes de CACI e LRE, num atelier de Bricolage, promovido pela parceria com a Intercentros.

Dia 5 – Participação dos Batukes no IV Encontro de Gaiteiros, promovido pela Junta de Freguesia de Soure. Esta atividade realizou-se nas ruas da Vila de Soure e contou com a participação de todos os grupos de gaiteiros e percussão do Concelho.

Dia 27 – Organização do IX Cross Trail Soure 1111.

#### **2.2.5. Mês de Maio**

Dia 2 – Comemoração do Dia da Mãe, através de realização de lembranças no CACI, e entregues em todas as respostas sociais.

Dia 4 – Comemorações do Dia do Bombeiro, através de uma ação de sensibilização dos Bombeiros Voluntários de Soure, que se realizou no espaço exterior. Os clientes tiveram a oportunidade de andar de carro, ver como funciona a agulheta entre muitas outras simulações.

Dia 24 e 25 de Maio: Participação na Campanha de Recolha de bens alimentares, pelo Banco Alimentar contra a Fome, por clientes de Lar Residencial e RAI, no Intermarché de Soure.

De 9 de Maio a 1 de Junho levamos a cabo mais uma Campanha do Pirlampo Mágico sob o tema “a luz que abraça a diferença”;

Dia 15 – Celebração do Dia da Família, através da celebração da Eucaristia pelo Padre José Cunha, que se seguiu de um almoço partilhado pelos familiares dos nossos clientes, colaboradores e Direção. No período da tarde verificou-se a atuação da nossa Tuna.

Dia 23 – XX Encontro de Danças e Cantares da Appacdm de Soure, que se realizou no Parque da Várzea.

Dia 25 – Participação dos utentes de LRE e RAI, na Caminhada 2025, promovida pela Liga Portuguesa Contra o Cancro.

Dia 30- Participação, na Caminhada promovida pelo Intercentros, na Marinha Grande sob o tema “O Desporto é para todos”, com clientes do CACI.

Dia 31- Participação dos Batukes no IV Encontro de Gaiteiros, promovido pela Junta de Freguesia de Soure.

#### **2.2.6. Mês de Junho**

Dia 6 – Festejos do Dia Mundial da Criança no CATL; os formandos dos cursos de Formação Profissional da APPACDM de Soure, foram dinamizar e entregar jogos, ao Agrupamento de Escolas Martinho Áreas de Soure.

Ao longo de todo o mês efetuaram-se diversas idas à praia (Buarcos, Figueira da Foz e Praias Fluviais). Estas atividades foram direcionadas para os clientes de CACI, CATL Integrado, SAD, CRI, Lar Residencial e RAU.

Dia 7 –Atuação da Marcha da Vila de Soure, levada a cabo pela APPACDM de Soure, no Festival de Marchas da freguesia de Cernache, promovido pela Marcharte, em Cernache.

Dia18- Atuação da Marcha da Vila de Soure na 14ª Edição das Marchas Populares na Noite Branca de Coimbra, promovida pela APBC.

Dia 22 – Atuação da Marcha da Vila de Soure em Antanho, promovido pela Marcha da Cegonha.

Dia 23 – Atuação da Marcha da Vila de Soure nas Festas em Paleão;

Dia 27- Organização de uma quermesse, no “Saurium dos Chaços”, promovido pelo Clube tração Total Aventuras de Soure.

### **2.2.7. Mês de Julho**

Dia 4- Atuação da Marcha da Vila de Soure no nosso Festival, intitulado “Marchas da Vila de Soure”. Este Festival é promovido pela Junta de Freguesia de Soure, trazendo cerca de 200 marchantes, oriundos de várias locais do País, nomeadamente: Marcha do Paço (Pombal); Marcha do CACI do Alvorge; Marcha da Cercipom; Marcha da Casa de Saúde Rainha Santa Isabel” As Rosinhas” e a Marcha de S. Martinho; Marcha da Cegonha. É de salientar o voluntarismo das cabeleireiras Carla Costa e Sofia Gaspar. Este ano a gravação da música foi efetuada pela Banda de Soure.

Dia 6 – Participação nas celebrações dos Festejos da Rainha Santa Isabel em Soure.

Dia 26 – Atuação da Tuna da APPACDM de Soure nas Festas de S. Tiago;

Dia 25 – Encontro Intergeracional, promovido pelo CLDS. Participaram clientes de CATL, Lar Residencial, RAI e CACI.

Dia 25- Os clientes de Lar Residencial e RAI, participaram na eucaristia e na procissão das velas, em honra de S. Tiago.

Dia 26 – Participação da Marcha da Vila de Soure, nas Festas do Pinheiro.

### **2.2.8. Mês de Agosto**

Dia 26 – Ida ao circo Marisol, em parceria com a Santa Casa da Misericórdia de Soure;

De 25 a 29 de Agosto – Realização de Colónia de Férias, cofinanciada pelo INR, na Pousada da Juventude da Areia Branca. Participaram 28 clientes de todas as respostas sociais e 6 colaboradores.

Dia 28- Passeio do CACI à Praia da Figueira e pic-nic na Fonte da Pedra;

#### **Passeios a Praias/Piscinas**

Efectuaram-se diversas idas à praia (Buarcos, Figueira da Foz e Praias Fluviais). Estas actividades foram direccionadas para os clientes de CACI, CATL Integrado, SAD, Lar Residencial.

### **2.2.9. Mês de Setembro**

Dia 2- Participação de clientes de CACI, na caminhada “Terras de Sicó- Uma aventura na Serra”, promovido pela Cercicaper, em Parceria com a Intercentros.

Dia 23 – Os clientes de Lar Residencial e RAI foram passear e visitar a feira, nas Festas de S. Mateus. Este ano tiveram a oportunidade de almoçar na feira, devido ao donativo do Sr. João da Shell, que ofereceu bifanas.

Dia 27 – Celebramos o Dia Mundial do Turismo, através de uma visita ao Castelo de Soure, com os clientes de CACI, Lar e RAI.

Dia 28- Atuação da Tuna da Appacdm de Soure, nas Festas do Mogadouro.

### **2.2.10. Mês de Outubro**

Dia 8- Visita do Bastonário da Ordem dos Advogados, Dr. João Massano às Instalações da Appacdm de Soure, integrada na Abertura Oficial do Ano Judicial.

Dia 10 – Comemoração do Dia Mundial da Saúde Mental. Os clientes de CACI, desenvolveram atividades no âmbito da cozinha pedagógica, e distribuíram bolachas em troca de abraços, como forma de sensibilização da comunidade para os problemas da saúde mental.

Dia 19- Os nossos formandos da Formação Profissional no âmbito da Campanha "Outubro Rosa" criaram um laço rosa, símbolo da força, esperança e solidariedade com todas as mulheres que enfrentam o cancro.;

Dia 25- Ida ao Rubens Circus, com os clientes de LRE e RAI.

Dia 31 – Festejos de Halloween, com atividades no "corredor assombrado". Seguiu-se um Baile de Máscaras animado pelo Graciano Ricardo.

### **2.2.11. Mês de Novembro**

Dia 11 – Magusto da APPACDM de Soure em que participaram os clientes e formandos de todas as respostas sociais, seguido de baile e muita animação.

Dia 24 – Assembleia Geral para Apreciação e votação da Proposta do Programa de ação e do orçamento para o exercício de 2026.

Dia 30 – Atuação da Tuna da Appacdm de Soure, no Mercado de Natal, promovido pela Banda de Soure.

Dia 29 e 30 de Novembro: Participação na Campanha alimentar contra a fome, levada a cabo pelo Banco Alimentar. Os clientes de Lar e RAI estiveram a fazer voluntariado no Pingo Doce de Soure.

### 2.2.12. Mês de Dezembro

Dia 3- Celebração do Dia Internacional da pessoa com Deficiência, a APPACDM de Soure em parceria com o Agrupamento de Escolas Martinho Áreas, desenvolveu um tema a trabalhar ao longo de 2025/2026, "Somos todos da Mesma Rua".

Dia 7 –Atuação da Tuna da Appacdm de Soure no Fórum Cultural de Montemor-o-Velho.

Durante todo o mês de Dezembro a APPACDM participou em diversos eventos, promovidos pela Autarquia, nomeadamente:

Dia 13 - Arruada dos Batukes na Parada de Natal;

Dia 20- Visita ao Mercadinho de Natal e passeio no Comboio de Natal;

-Decorreu uma campanha de venda de "Pai Natal Solidário", que reverteu na íntegra para a Appacdm de Soure.

Dia 12- A Appacdm de Soure, foi distinguida, através da atribuição do Prémio Ângelo da Fonseca, pela Ordem dos Advogados. A cerimónia decorreu em Lisboa, na Ordem dos Advogados.

Dia 18- Tradicional Festa de Natal de todas as respostas sociais e Formação Profissional da Appacdm de Soure. Destacou-se a Missa Natalícia, seguida de um almoço partilhado e entrega de prendas.

Dia19- Jantar de Natal de colaboradores e Direção.

Dia 24- Entrega de prendas aos clientes de Lar Residencial e Residência de Autonomização para a Inclusão pela Diretora Técnica e Responsável pela Resposta bem como pelos membros da Direção, seguida de jantar festivo.

### 3. Recursos Humanos

No ano de 2025 a Instituição procedeu à contratação de alguns colaboradores, para as diversas respostas sociais, nomeadamente:

- Cileia Santos- Lar Residencial- 17/03/2025
- Maria Fernanda Montenegro- SAD- 24/11/2025
- Beatriz Simões- Estagiária- 09/12/2025

Estas contratações tiveram como propósito reforçar a equipa de trabalho da APPACDM de Soure que, no final do ano de 2025 contava no seu quadro de pessoal com um total de 70 trabalhadores.

### 4. Equipamentos e Infraestruturas

#### 4.1. Infraestruturas

No que respeita às estruturas físicas, foram realizadas obras significativas no interior do edifício do CATL, destacando-se a substituição do piso de madeira, que se encontrava bastante degradado, e a colocação de paredes de pladur, dado que as paredes apresentavam igualmente sinais de desgaste avançado. Procedeu-se, ainda, à pintura interior de todo o espaço, conferindo-lhe melhores condições de utilização. Estas intervenções foram asseguradas pelo Município, uma vez que o edifício pertence à entidade municipal. Ainda será necessário dotar as traseiras do edifício de condições mais dignas, nomeadamente fechar o pátio de recreio e substituir a caixilharia das janelas do refeitório.

Relativamente às Medidas de Autoproteção, têm sido efetuadas as intervenções necessárias para a sua atualização, com especial enfoque no sistema de prevenção de incêndios, instalação de blocos autónomos permanentes, caixas de primeiros socorros, entre outras melhorias. Trata-se de intervenções com custos consideráveis, motivo pelo qual têm sido realizadas de forma faseada, garantindo a adequação e segurança dos espaços.

## 5. Assembleias-gerais

- No dia 21 de Março realizou-se uma Reunião Ordinária da Assembleia Geral, que teve como ordem de trabalhos a Apreciação e Votação da Proposta de Relatório e Contas da Direcção relativa ao Exercício do ano de 2024, acompanhado do Parecer do Conselho Fiscal.
- No dia 24 de Novembro realizou-se uma Reunião Ordinária da Assembleia Geral, a qual teve por fim a Apreciação e Votação das Propostas de Orçamento e de Plano de Actividades para o Exercício de 2026, acompanhadas do parecer do Conselho Fiscal.

## 6. Parcerias

### ▪ Avaliação do plano de parcerias

No que concerne às parcerias, durante o ano de 2025 estas foram cumpridas e tiveram a sua eficácia comprovada. Destacamos a sua importância para a concretização e enriquecimento do plano de actividades e melhoria da qualidade de vida dos nossos clientes. Destaque-se ainda o funcionamento de uma das nossas respostas sociais num edifício cedido pela Câmara Municipal de Soure e a colocação de formandos em contexto de trabalho em empresas concelhias (Associação Empresarial de Soure) e em Instituições congéneres (Cooperativa “Deliciosas Diferenças”, Santa Casa da Misericórdia de Soure, Casa do Povo de Vila Nova de Anços, Associação da Vinha da Rainha). Destacamos ainda a Parceria com os Supermercados LIDL e Pingo Doce, que nos permite a recolha de quebras alimentares, dando comprimento à nossa Política de Responsabilidade Social, e que é fulcral na sustentabilidade económica da Instituição.

Também queremos agradecer que desde o primeiro momento em 2019, a cabeleireira Carla Costa e Sofia Gaspar, que tornam a todos mais belos e com outra luz, contribuindo para o sucesso da nossa Marcha.



## 7. Considerações Finais

A Direção da APPACDM de Soure manifesta reconhecimento pelo incansável empenho demonstrado pelos colaboradores ao longo do ano corrente, refletindo-se na concretização do Plano de Atividades e na consolidação da coesão institucional. Num contexto de melhoria contínua, tem sido prioritário dotar a instituição das melhores condições possíveis, abrangendo não só a melhoria das infraestruturas, dos recursos e equipamentos, mas também a valorização dos colaboradores, nomeadamente ao nível das condições financeiras.

Destaca-se que este é o segundo ano consecutivo em que a Direção assume o aumento dos salários equivalente ao aumento do salário mínimo nacional para todos os colaboradores, uma decisão inédita na história da instituição. Esta medida foi tomada por ser considerada justa, mas traduz-se num elevado esforço financeiro, reforçando o compromisso da Direção com a valorização dos profissionais que diariamente contribuem para a missão da instituição.

A Direção agradece a todos aqueles que tornaram possível o desenvolvimento e concretização dos objetivos institucionais: colaboradores, pais e familiares dos clientes, sócios, parceiros e amigos da APPACDM de Soure, organismos públicos e privados, em especial ao Instituto de Segurança Social, Instituto de Emprego e Formação Profissional, INR, Câmara Municipal de Soure, Junta de Freguesia de Soure, Caixa de Crédito Agrícola de Pombal, Bombeiros Voluntários de Soure, ao Padre José Cunha, Banco Alimentar Contra a Fome, Pingo Doce, LIDL, Ilídio Seco Projetos, Clube Tração Total Aventuras, pela organização do passeio todo o terreno, à Ordem dos Advogados, pela atribuição do Prémio Ângelo d'Almeida Ribeiro 2025 e às empresas que colaboram pontualmente. A todos aqueles que, de algum modo, estiveram presentes com o seu apoio e espírito de solidariedade, fica expressa a mais elevada gratidão.

Cientes dos desafios que persistem, a Direção reafirma a avaliação positiva do exercício relativo ao ano de 2025 e renova o compromisso de trabalhar continuamente pela dignificação e valorização da APPACDM de Soure e de todos os que dela fazem parte.



## PARTE II

# ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA 2025

## Análise da Situação Económica e Financeira 2025

---

### I. Introdução

De acordo com o elencado no artigo 27.º dos Estatutos da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Soure, presta-se desta forma a informação aos seus associados, quer da sua posição financeira, evidenciada no Balanço, quer do seu desempenho económico, reflectido na Demonstração de Resultados.

O presente relatório financeiro, referente ao exercício de 2025, tem como objectivo apresentar de forma clara e transparente a situação financeira da instituição.

Ao longo deste relatório abordaremos os principais indicadores financeiros, a análise dos rendimentos e gastos, bem como as áreas de investimento.

Temos como objetivo, neste ponto das demonstrações financeiras:

- **Explicitar** os aspetos mais relevantes da atividade financeira da Associação, no que concerne ao desempenho económico-financeiro, nos domínios dos rendimentos / receitas, dos gastos / despesas e de tesouraria;
- **Apresentar** de forma apropriada e verdadeira a situação económico-financeira relativa ao exercício analisado a evolução de gestão no que respeita ao investimento, dividas de curto e médio ou longo prazo e condições de funcionamento;
- **Mostrar** as Demonstrações Financeiras de 2025, elaborados no âmbito da Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL)

### II. Enquadramento Macroeconómico em 2025 e Perspetivas de Evolução

O ano de 2025 caracterizou-se por um contexto macroeconómico de relativa estabilização, após um período marcado por elevada inflação e restritividade monetária. Na Zona Euro, e em particular em Portugal.

A inflação desacelerou face aos níveis registados nos anos anteriores, mantendo-se, contudo, acima dos padrões históricos. Este cenário continua a exercer pressão sobre os custos operacionais, nomeadamente ao nível da energia, alimentação e remunerações. Em paralelo, a política monetária conduzida pelo Banco Central Europeu, apesar de apresentar sinais de eventual flexibilização, mantém condições de financiamento relativamente exigentes.

Neste enquadramento, as IPSS enfrentam desafios estruturais relevantes, decorrentes do aumento dos custos de funcionamento e da necessidade de ajustamento das fontes de financiamento. Torna-se, assim, fundamental promover uma gestão cada vez mais eficiente e sustentável, assente na diversificação de receitas, na otimização de recursos e na adoção de práticas de maior rigor organizacional.

Face ao exposto, o contexto para 2026 exige às instituições uma capacidade acrescida de adaptação e planeamento estratégico, de forma a assegurar a continuidade e qualidade das respostas sociais, num quadro de crescente complexidade económica e social.

### III. Contexto e enquadramento legal

O Dec. Lei nº 36-A/2011 de 9 de março, aprovou o regime de normalização contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo – ESNL – que corresponde à criação de regras contabilísticas próprias, aplicáveis especificamente às entidades que prossigam, a título principal, atividades sem fins lucrativos e que não possam distribuir aos seus membros ou contribuintes qualquer ganho económico ou financeiro directo.

Em junho de 2013, foi publicada a Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, a qual foi transposta para a nossa legislação interna, por via da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. Este visou um conjunto de alterações ao nível do SNC, designadamente a alteração e republicação do Decreto-Lei n.º 158/2009, introduzindo, no âmbito do mesmo, questões relativas às ESNL e a alteração do Decreto-Lei n.º 36-A/2011. No seguimento desta publicação, são alterados os instrumentos que integram o SNC-ESNL, por via da publicação de novas Portarias e Aviso, para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2016.

O ato de prestar contas, para além da divulgação de informação consiste em reconhecer e assumir com responsabilidade e transparência os impactos das políticas, decisões, ações e desempenho a eles associados.

Os princípios contabilísticos aplicáveis às ESNL, justifica-se pelo importante papel e peso que estas entidades desempenham na economia.

Assim, a informação financeira das entidades é apresentada através das demonstrações financeiras que retratam os efeitos financeiros de toda a actividade desenvolvida no período em análise.



Esta informação deve ser:

- a) **compreensível** - os utentes devem entender sem dificuldade a informação contida nas DF;
- b) **relevante** – deve ser um factor preponderante para a tomada de decisões;
- c) **fiável** - deve estar isenta de erros materiais, traduzindo fidedignamente a realidade que pretende representar;
- d) **comparável** –deve permitir ao utilizador confrontar a informação financeira em períodos diferentes, da mesma entidade, ou de entidades diferentes;

#### IV. Rendimentos e gastos

##### Rendimentos e Ganhos

Rubricas	2025	2024	Orçamento	Ex . O.
Vendas	6 034,32	7 986,64	2 793,00	116%
Prestações de Serviço	336 342,54	280 698,28	297 740,85	13%
Subsídios à Exploração	2 122 947,89	1 832 458,59	2 074 212,54	2%
Outros rendimentos e ganhos	79 730,04	62 390,25	65 287,50	22%
<b>Total</b>	<b>2 545 054,79</b>	<b>2 183 533,76</b>	<b>2 440 033,89</b>	<b>4%</b>

A rubrica de subsídios é sem dúvida e como não podia deixar de ser, a rubrica de maior relevo nos rendimentos desta instituição, atingindo em 2025 cerca de 83,4% dos rendimentos.

A execução orçamental da receita foi de 104%, isto é, foram obtidos mais 4% de rendimentos do que o previsto.

##### Gastos e Perdas

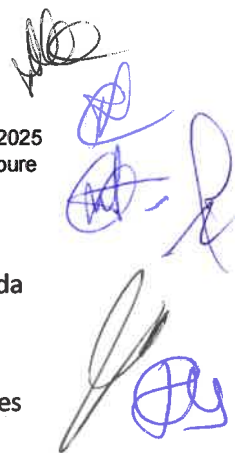
Rubricas	2025	2024	Orçamento	Ex . O.
Custo das mercadorias vendidas	336 817,81	316 233,67	357 697,41	-6%
Fornecimentos e serviços externos	316 055,74	272 540,34	301 473,42	5%
Gastos com o pessoal	1 345 446,17	1 232 564,04	1 298 190,32	4%
Imparidades devidas a receber (perdas reversões)		11 562,84		
Outros gastos e perdas	306 742,95	229 047,82	424 805,99	-28%
Gastos / reversões de dep. e de amortização	66 473,00	51 717,85	38 377,22	73%
Juros e gastos similares suportados	3 217,28	2 063,94	565,83	469%
<b>Total</b>	<b>2 374 752,95</b>	<b>2 115 730,50</b>	<b>2 421 110,19</b>	<b>-2%</b>

A estrutura de gastos apresenta um total de 2.374.753€. Tendo havido um aumento de cerca de 259 mil euros. Os maiores aumentos estão refletidos nos gastos com o pessoal e nos Outros gastos onde estão incluídos as bolsas e demais encargos com formandos. De realçar que nos Gastos estão incluídos 1 mês de formação iniciada em dezembro de 2025.

Aqui a execução orçamental foi de 98%.

## V. Demonstrações Financeiras

<b>Balço</b>				
<b>Balço</b>				
<b>Rubricas</b>	<b>Notas</b>	<b>31-12-2025</b>	<b>31-12-2024</b>	
<b>Activo não corrente</b>				
Activos fixos tangíveis	6.4	2 773 151,17	2 755 763,55	
Activos fixos intangíveis	6.5	1 090,60	0,00	
Investimentos financeiros	6.6	12 816,97	12 816,97	
<b>Subtotal</b>		<b>2 787 058,74</b>	<b>2 768 580,52</b>	
<b>Activo corrente</b>				
Inventários	6.8	21 892,63	16 156,12	
Clientes e utentes	6.12	58 855,59	60 914,35	
Estado e outros entes públicos	6.16	1 805,17	1 463,26	
Fundadores / Beneméritos/ Membros	6.12	3 586,00	3 586,00	
Outros créditos a receber		382 331,75	163 626,57	
Diferimentos	6.17	5 929,11	6 738,76	
Caixa e depósitos bancários	6.11	127 796,66	120 388,99	
<b>Subtotal</b>		<b>602 196,91</b>	<b>372 874,05</b>	
<b>Total do activo</b>		<b>3 389 255,65</b>	<b>3 141 454,57</b>	
<b>Fundos Patrimoniais</b>				
<b>Fundos</b>				
Fundos	6.18	48 173,37	48 173,37	
Resultados transitados	6.18	895 417,31	827 614,05	
Excedente de revalorização		1 730 972,28	1 730 972,28	
Ajustamentos / Outras variações nos f. patrimoniais	6.18	225 639,47	150 333,73	
<b>Subtotal</b>		<b>2 900 202,43</b>	<b>2 757 093,43</b>	
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>170 301,84</b>	<b>67 803,26</b>	
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>3 070 504,27</b>	<b>2 824 896,69</b>	
<b>Passivo</b>				
<b>Passivo não corrente</b>				
Financiamentos obtidos	6.7	0,00	17 608,14	
<b>Subtotal</b>		<b>0,00</b>	<b>17 608,14</b>	
<b>Passivo corrente</b>				
Fornecedores	6.12	45 066,52	44 294,65	
Estado e outros entes públicos	6.16	34 730,68	33 609,25	
Financiamentos obtidos	6.7	14 565,21	11 121,27	
Outras contas a pagar	6.12	224 388,97	209 924,57	
<b>Subtotal</b>		<b>318 751,38</b>	<b>298 949,74</b>	
<b>Total do passivo</b>		<b>318 751,38</b>	<b>316 557,88</b>	
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>3 389 255,65</b>	<b>3 141 454,57</b>	

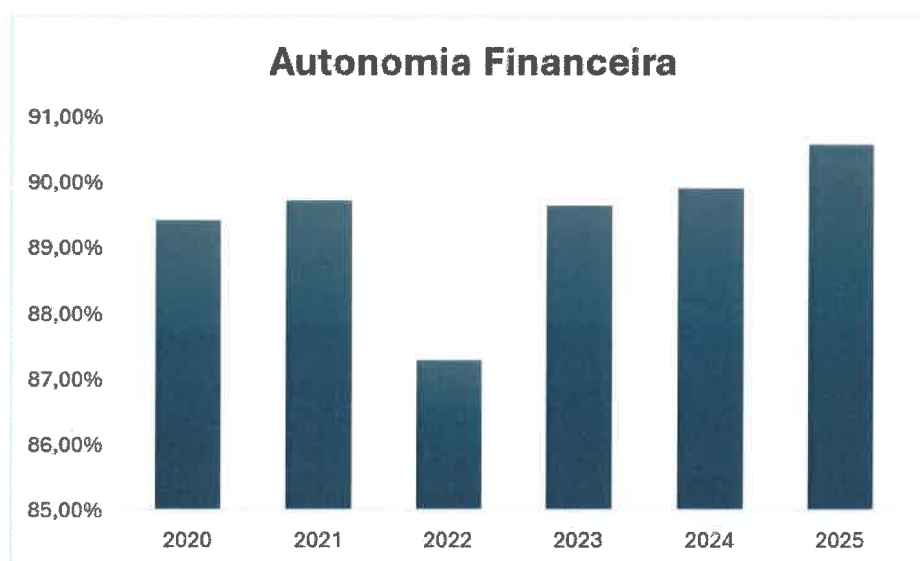


Este Balanço é a imagem verdadeira e apropriada, da posição económico financeira, da APPACDM de Soure à data de 31.12.2025.

Uma análise necessariamente sumária do Balanço apresentado justifica as seguintes observações:

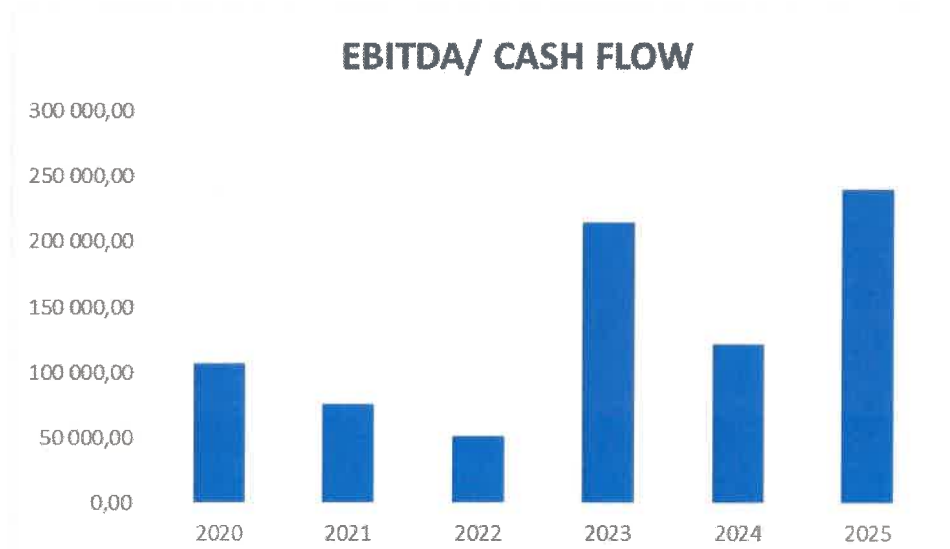
- a) A maior rubrica do Activo, são os Activos não correntes (Bens de Investimento) que representam aproximadamente 82% do Balanço;
- b) Sendo o Passivo, as obrigações presentes da entidade, representam cerca de 9% do Activo.
- c) Os Fundos Patrimoniais representam 91% do Activo (Autonomia Financeira).

Da análise ao Balanço, podemos concluir que, esta Instituição, tem uma autonomia financeira favorável pois o rácio de solvabilidade, indicador da proporção relativa dos activos da instituição financiados por fundos patrimoniais versus financiados por capitais alheios, está nos 91 por cento, o que demonstra que a instituição tem capacidade para solver as suas obrigações a médio e longo prazo.



**Demonstração de Resultados**

<b>Demonstração dos Resultados por Natureza</b>			
<b>Rendimentos e Gastos</b>	<b>Notas</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Vendas e serviços prestados	6.9	342 376,86	288 684,92
subsídios à exploração		2 122 947,89	1 832 458,59
Custo merc. vendas e mat. consumidas	6.8	-336 817,81	-316 233,67
Fornecimentos e serviços externos	6.13	-316 055,74	-272 540,34
Gastos com o pessoal	6.14	-1 345 446,17	-1 232 564,04
Imparidades de dívidas a receber		0,00	-11 562,84
Outros rendimentos	6.9	79 730,04	62 390,25
Outros gastos	6.15	-306 742,95	-229 047,82
<b>Res. antes dep., gastos financiamento e impostos</b>		<b>239 992,12</b>	<b>121 585,05</b>
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6.4/6.5	-66 473,00	-51 717,85
<b>Resultados operacional (antes de fin. e impostos)</b>		<b>173 519,12</b>	<b>69 867,20</b>
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados		-3 217,28	-2 063,94
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>170 301,84</b>	<b>67 803,26</b>
Imposto sobre o rendimento do exercício	6.10	0,00	0,00
<b>Resultados líquido do período</b>		<b>170 301,84</b>	<b>67 803,26</b>



### Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa, pretende responder à questão: **Como é que a Instituição gerou dinheiro e onde é que o aplicou?**

Está, portanto, associada a uma perspetiva de tesouraria (pagamentos/ recebimentos), explica a variação das contas de caixa (caixa e depósitos) entre o início e o fim do exercício económico, e mostra, tal como a Demonstração de Resultados o desempenho da Instituição no ano de 2025.

<b>DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais</b>		
Recebimentos de utentes e clientes	362 087,67	306 611,53
Pagamentos a fornecedores	79 027,68	314 960,30
Pagamentos a pessoal	997 765,59	875 122,24
Outros recebimentos/pagamentos	-529 526,07	-774 378,72
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	-1 244 231,67	-1 657 849,73
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos Fixos Tangíveis	0,00	
Activos intangíveis		
Investimentos financeiros		
Recebimentos provenientes de:		
Subsídios de investimento	87 000,00	8 680,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	87 000,00	8 680,00
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	1 182 020,82	1 641 157,02
Cobertura de prejuízos		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	14 164,20	10 888,47
Juros e gastos similares	3 217,28	2 063,94
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	1 164 639,34	1 628 204,61
Varição de caixa e seus equivalentes (4)= (1)+(2)+(3)	7 407,67	-20 965,12
Caixa e seus equivalentes no início do período	120 388,99	141 354,11
Caixa e seus equivalentes no fim do período	127 796,66	120 388,99

**Demonstração das alterações dos Fundos Patrimoniais**

**DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS EM 2025**

Descrição	Capital Realizado	Resultados Transitados	Excedentes revalorização	Outras variações	Res. Liq. Período	Total
<b>Posição no início do período 01-01-2025</b>	48 173,37	827 614,05	1 730 972,28	150 333,73	67 803,26	2 824 896,69
<b>Alterações no período</b>						
Ajustamentos por impostos diferidos						
Outras alterações reconhecidas no FP	0,00	67 803,26		75 305,74	-67 803,26	75 305,74
	0,00	67 803,26		75 305,74	-67 803,26	75 305,74
<b>Resultado líquido do período</b>					170 301,84	170 301,84
<b>Resultado Integral</b>	0,00	67 803,26		75 305,74	102 498,58	245 607,58
Realização de Fundos						0,00
	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
<b>Posição no fim do período 31-12-2025</b>	48 173,37	895 417,31	1 730 972,28	225 639,47	170 301,84	3 070 504,27

**DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS EM 2024**

Descrição	Capital Realizado	Resultados Transitados	Excedentes revalorização	Outras variações	Res. Liq. Período	Total
<b>Posição no início do período 01-01-2024</b>	48 173,37	671 003,92	1 730 972,28	233 737,70	186 032,39	2 869 919,66
<b>Alterações no período</b>						
Ajustamentos por impostos diferidos						
Outras alterações reconhecidos no FP	0,00	156 610,13		-83 403,97	-186 032,39	-112 826,23
	0,00	156 610,13		-83 403,97	-186 032,39	-112 826,23
<b>Resultado líquido do período</b>					67 803,26	67 803,26
<b>Resultado Integral</b>	0,00	156 610,13		-83 403,97	-118 229,13	-45 022,97
Realização de Fundos						0,00
	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
<b>Posição no fim do período 31-12-2024</b>	48 173,37	827 614,05	1 730 972,28	150 333,73	67 803,26	2 824 896,69

## VI. Anexo

### 1. Identificação da Entidade

A APPACDM de Soure é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS com estatutos publicados no Diário da República n.º 25/02, Série II, com sede em Rua António José Carvalho Ventura 3130-261 Soure. Tem como valências / respostas sociais e outras atividades: o Centro de Actividades e Capacitação para a Inclusão, o Serviço de Apoio Domiciliário, o Lar Residencial, a Residência de Autonomização para a Inclusão, o Centro de Actividades de Tempos Livres, o Centro de Recursos para a Inclusão, a Formação Profissional, a Empresa de Jardinagem - Jardinsoure, para que possa prosseguir os seguintes objectivos:

Promover a integração na sociedade do cidadão com deficiência mental, no respeito pelos princípios de normalização, personalização, individualização e bem-estar;

Promover o equilíbrio das famílias dos cidadãos com deficiência mental;

Sensibilizar e corresponsabilizar a sociedade e o estado, nas suas várias formas, no papel que lhes cabe na resolução dos problemas do cidadão com deficiência mental e respectiva família:

Partilhar lugares comuns

Fazer escolhas

Desenvolver capacidades

Defender e promover os reais interesses e satisfação das necessidades do deficiente mental nas instituições, no trabalho, no lar e na sociedade, tendo como princípios básicos:

Ser tratado com respeito e ter um papel socialmente valorizado;

Crescer nas relações

Sensibilizar os pais e famílias, motivando-as para a defesa dos direitos dos seus familiares e apetrechando-os para a assunção das responsabilidades que lhes cabem, na condução de uma perspectiva de educação permanente na escola e na família;

Humanizar e normalizar as estruturas de resposta de modo a desenvolverem meios não restritivos para o deficiente mental;

Defender e promover a necessária adequação da legislação portuguesa e comunitária, no sentido de serem reconhecidos e respeitados os direitos e deveres do cidadão deficiente mental;

Promover actividades culturais, recreativas, desportivas, de lazer e tempos livres.

## 2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2025 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);

Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;

Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;

NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;

Normas Interpretativas (NI)

A adopção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adopção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

## 3. Principais Políticas Contabilísticas

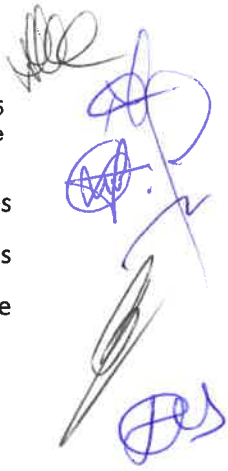
As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

### 3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

#### 3.1.1 Regime do acréscimo ( periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram ( satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento de pagamento ou recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações



financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “ Devedores e credores por acréscimos “ e “Diferimentos”.

### **3.1.2 Continuidade:**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

### **3.1.3 Compreensibilidade**

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

### **3.1.4 Relevância**

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

### **3.1.5 Materialidade**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### 3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

### 3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretenda relatar. Mesmo que sujeita a riscos deve haver a preocupação constante de mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

## 3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

### 3.2.1 Activos Fixos Tangíveis

Os “Activos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	5
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	6
Outros Activos fixos tangíveis	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada activa, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

### 3.2.2 Investimentos financeiros

### 3.2.3 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e ou doação, e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adopta como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Os inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra directa e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão directamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

### 3.2.4 Instrumentos Financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no activo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Activo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Activos não Correntes.

Outros activos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transacção só podem ser incluídos na mensuração inicial do activo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus activos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objectiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Activos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

#### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

### **3.2.5 Fundos Patrimoniais**

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;

fundos acumulados e outros excedentes;

subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

### **3.2.6 Provisões**

#### **3.2.7 Financiamentos Obtidos**

##### Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

##### Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob o qual o contrato é realizado; ou

Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Activos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas. Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respectivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos directos iniciais são acrescidos ao valor do activo (poe exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o activo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

### **3.2.8 Estado e Outros Entes Públicos**

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC):

- a) “As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

a) Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director -geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das actividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria colectável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da colecta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2009 a 2012 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

#### 4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

#### 5. Activos Fixos Tangíveis

##### Bens do domínio público

A Entidade usufrui dos seguintes “Activos Fixos Tangíveis” do domínio público:

Descrição
Edifício sede
Edifício do Lar Residencial
Viaturas (8)
Diverso equipamento básico

Descrição	31-12-2024	Adições	31-12-2025
Terrenos e recursos naturais	449 456,64		449 456,64
Edifícios e outras construções	1 377 429,79		1 377 429,79
Equipamento básico	123 665,61	16 648,30	140 313,91
Equipamento de transporte	296 441,63	53 117,00	349 558,63
Equipamento administrativo	207 045,58		207 045,58
Outros activos fixos tangíveis	1 006 784,09	11 858,20	1 018 642,29
<b>Activo tangível bruto</b>	<b>3 460 823,34</b>	<b>81 623,50</b>	<b>3 542 446,84</b>
Depreciações acumuladas	705 059,79	65 927,70	770 987,49
<b>Activo tangível líquido</b>	<b>2 755 763,55</b>	<b>15 695,80</b>	<b>2 773 151,17</b>

## 6. Activos Intangíveis

Descrição	31-12-2024	Adições	31-12-2025
Programas de computador		1 635,90	1 635,90
<b>Activo intangível</b>		<b>1 635,90</b>	<b>1 635,90</b>
Depreciações acumuladas		545,30	545,30
<b>Activo intangível líquido</b>	<b>0,00</b>	<b>1 090,60</b>	<b>1 090,60</b>

## 7. Activos Financeiros

Descrição	2024-12-31	Adições	2025-12-31
FCT	12816,97	0,00	12 816,97
<b>Investimentos financeiros</b>	<b>12 816,97</b>	<b>0,00</b>	<b>12 816,97</b>

## 8. Locações

A Entidade detinha os seguintes activos adquiridos com recurso à locação financeira:

Descrição	Custo de Aquisição	Ano de Aquisição	Valor em Dívida
Viatura MAN	76.198,59	2022	14.525,21

## 9. Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

FINANCIAMENTOS OBTIDOS 31-12-2024	Não correntes	Correntes	TOTAL
CGD - Leasing - viatura MAN	0	14 525,21	14 525,21
CA - C Cauionada	0	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>14 525,21</b>	<b>14 525,21</b>

## 10. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

INVENTÁRIO	2025			2024		
	Mercadoria	MP	Total	Mercadoria	MP	Total
Movimentos						
Saldo Inicial	0,00	16 156,12	16 156,12	0,00	11 798,95	11 798,95
Compras	1 922,69	340 631,63	342 554,32	1 526,62	319 064,22	320 590,84
Regularizações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Saldo final</b>	<b>0,00</b>	<b>21 892,63</b>	<b>21 892,63</b>	<b>0,00</b>	<b>16 156,12</b>	<b>16 156,12</b>
Gastos do período	1 922,69	334 895,12	336 817,81	1 526,62	314 707,05	316 233,67

## 11. Réditos e outros rendimentos

Rubricas	2025	2024
Vendas	6 034,32	7 986,64
Prestações de Serviço	336 342,54	280 698,28
subsídios à Exploração	2 122 947,89	1 832 458,59
ISS Centro Distrital	939 412,92	
DGES	8 810,00	
IEFP	85 430,27	
INR	3 228,88	
Município de Soure	20 794,59	
POISE	261 362,49	
Pessoas FSE	552 158,33	
Doações	251 600,41	
Outros	150,00	
Outros rendimentos e ganhos	79 730,04	62 390,25
Consignação de IRS	3 777,32	3 716,25
Imputação subs investimento	10 794,26	0,00
Sub alimentação em espécie	58 664,00	57 474,00
Outros	6 494,46	1 200,00
<b>Total</b>	<b>2 545 054,79</b>	<b>2 183 533,76</b>

## 12. Benefícios dos empregados

Gastos com pessoal	2025
Remunerações do pessoal	1 103 887,45
Encargos com remunerações do pessoal	227 771,78
Seguros de Ac trabalho	7 736,31
Outros gastos	6 050,63
<b>Total</b>	<b>1 345 446,17</b>

O número médio de pessoas no quadro de pessoal foi de 70.

### 13. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

### 14. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

#### 14.1 Outros devedores e credores

Outras dívidas a pagar	31-12-2025
Pessoal	176 321,74
Credores p Acréscimos de Gastos	2 423,38
POISE	43 585,78
Outros Credores	2 058,07
<b>Total</b>	<b>224 388,97</b>

Outros créditos a receber	31-12-2025
Portugal 2030 - Pessoas	346 829,56
Segurança Social PRR	34 000,00
Outros devedores	1 502,19
<b>Total</b>	<b>382 331,75</b>

#### 14.2 Caixa e Depósitos Bancários

Descrição	31-12-2025
<b>Caixa e depósitos bancários</b>	
Caixa	292,67
Depósitos à ordem	127503,99
Outros depósitos	0
<b>Total</b>	<b>127 796,66</b>

#### 14.3 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é de 45.066,52€

#### 14.4 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	31-12-2025
<b>Ativos</b>	
Imposto sobre o valor acrescentado	1 235,66
Imposto sobre o rendimento	0,00
Outros impostos	569,51
<b>Total do ativo</b>	<b>1 805,17</b>
<b>Passivos</b>	
Imposto sobre o rendimento retido - IRS	4 922,43
Imposto sobre o valor acrescentado	4 238,53
Contribuições para a segurança social	25 569,72
<b>Total do passivo</b>	<b>34 730,68</b>

#### 14.5 Outros gastos e perdas

Outros Gastos	
Rubricas	2025
<b>Impostos</b>	<b>408,56</b>
<b>Outros Gastos</b>	<b>17 318,59</b>
Correções do exercício anterior	8 671,22
Donativos	7 459,32
Quotizações	600,00
Outros	588,05
<b>Formação</b>	<b>289 015,80</b>
Bolsas	187 207,34
Subsídio de alimentação	77 400,56
Subsídio de transporte	23 988,21
Subsídio de acolhimento	419,69
<b>Total</b>	<b>306 742,95</b>

#### 14.6 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos”, foi a seguinte:

<b>FSE</b>		
Rubricas	2025	2024
<b>Serviços especializados</b>	<b>126 621,10</b>	<b>98 402,80</b>
Trabalhos especializados	23 482,76	19 211,59
Publicidade	271,83	498,18
Vigilância e segurança	714,01	938,12
Honorários	69 403,14	40 916,48
Comissões	494,55	214,23
Conservação e reparação	32 254,81	36 619,20
Outros	0,00	5,00
<b>Materiais</b>	<b>12 688,65</b>	<b>13 916,00</b>
Ferramentas e utensílios	5 437,60	5 704,81
Material de escritório	6 977,43	8 030,68
Outros	273,62	180,51
<b>Combustíveis</b>	<b>67 211,58</b>	<b>66 270,24</b>
Eletricidade	12 253,19	11 684,81
Combustíveis	36 170,51	37 134,24
Água	2 222,50	1 179,38
Gás	16 524,46	16 262,81
Outro (óleos)	40,92	9,00
<b>Deslocações, estadas e transportes</b>	<b>1 390,24</b>	<b>1 110,84</b>
<b>Serviços diversos</b>	<b>108 144,16</b>	<b>92 877,42</b>
Rendas e alugueres	43 716,20	41 762,72
Comunicação	6 773,54	10 414,44
Seguros	13 285,98	6 109,64
Contencioso e notariado	383,23	135,00
Limpeza, higiene e conforto	2 885,59	4 790,80
Outros	41 099,62	29 664,82
ATL	3 147,90	9 569,97
SoureMov	15 460,17	13 037,18
Marchas /Tuna	7 752,06	
Eventos	5 001,36	
Colónia de férias	5 504,72	
Outros	4 233,41	7 057,67
<b>Total</b>	<b>316 055,74</b>	<b>272 577,30</b>

#### 14.7 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2025.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2025 foram aprovadas pela Direcção em 30 de Março de 2025.

Soure, 30 de Março de 2026

O Contabilista Certificado

Fátima de Fátima Pedrolândia  
(CC28419)

A Direcção

Henrique Pires de Sousa  
A Mesa